



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003662-98.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Joao Henrique Machado**
 Requerido: **Sony Ericson Mobile Comercial do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter comprado um telefone celular fabricado pela ré, o qual após alguns dias apresentou problemas de funcionamento.

Alegou ainda que encaminhou o produto à assistência técnica, mas ele foi devolvido porque não fora acompanhado da respectiva nota fiscal.

Ao manter contato com a ré, então, foi informado que o prazo de garantia se escoara, de sorte que o conserto somente poderia fazer-se mediante pagamento.

Mesmo que se repute possível a devolução da mercadoria quando encaminhada à assistência técnica diante da ausência da nota fiscal comprobatória da sua aquisição, tomo como inaceitável a postura adotada posteriormente pela ré.

Com efeito, ela em momento algum na peça de resistência impugnou a alegação de que o prazo de garantia do produto se teria escoado.

Não declinou, porém, qual seria esse prazo, cumprindo registrar que a compra em apreço sucedeu há poucos meses.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, entendo que em qualquer hipótese se deveria computar como válido o primeiro envio levado a cabo pelo autor havendo a apresentação da aludida nota fiscal.

O equívoco verificado de início não teve qualquer repercussão ou patenteou a desídia do autor que pudesse – se fosse o caso – ter por decorrido em seguida o prazo de garantia do produto.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

O vício apontado pelo autor não foi refutado pela ré, sendo incontroverso, ademais, que o produto não foi reparado no trintídio.

É o que basta para tornar de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando o pedido para a restituição do valor despendido pelo autor na aquisição do objeto.

Ressalvo, por oportuno, que o autor em momento algum postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, motivo pelo qual as considerações expendidas a propósito na peça de resistência deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 265,96, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**